

categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, o licenciado Marco Filipe da Costa Ribeiro e Silva, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidência a respetiva nota curricular em anexo, como Coordenador de Núcleo do Núcleo de Gestão do Mercado de Emprego do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga da Delegação Regional do Norte, cargo de direção intermédia de 2.º grau, com efeitos a 1 de novembro de 2017.

Nota Curricular

Marco Filipe da Costa Ribeiro e Silva.

Frequência de doutoramento em Organização e Estratégia Política — Gestão Pública na Universidade de Santiago de Compostela.

Diplomado em Estudos Avançados em Administração e Ciência Política pela Universidade de Santiago de Compostela (2011).

Curso de Defesa para Jovens pelo Instituto de Defesa Nacional (2004).

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (2002).

Técnico Superior do IIEFP, I. P., desde setembro de 2012 e até à presente data, exercendo funções no Serviço de Emprego de Braga sendo, cumulativamente, interlocutor da iniciativa europeia Garantia Jovem desde agosto de 2014 para os concelhos de Amares, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde.

Quadro do Município de Braga, afeto aos serviços de Polícia e Fiscalização Municipal, entre 02 de maio de 2002 e 31 de agosto de 2012.

Gestor comercial, financeiro e de gestão nos Grupos Mello, BCP e Sotto Mayor, entre julho de 1999 e abril de 2001.

Assessor do Gabinete de Comando do corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, de novembro de 1997 a junho de 1999.

Membro fundador da European Global Defence Network, constituída em Paris e patrocinada por Sua Excelência, o Primeiro-Ministro Francês (2005).

Membro fundador e primeiro Vice-Presidente eleito da DECI-DE — Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania (2005).

Desempenho de vários cargos associativos ao nível local, regional e nacional.

2016-10-27. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Ana Paula Gonçalves Antunes.

310884257

SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Despacho (extrato) n.º 9724/2017

Nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, às enfermeiras abaixo mencionadas:

Nome	Despacho	ACES	Serviço de origem
Isabel Maria Machado Capa	Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 21/11/2016.	Cascais	Instituto de Ação Social das Forças Armadas.
Lucília Maria de Almeida Conde Barrancos	Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., 24/04/2017.	Lezíria	Hospital de Vila Franca de Xira, E. P. E.

26 de setembro de 2017. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

310884176

AMBIENTE

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 9725/2017

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonerado, a seu pedido, o adjunto do meu gabinete, o licenciado António Ernesto Trindade Correia de Magalhães, designado pelo Despacho n.º 225/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2016, com efeitos a 31 de outubro de 2017.

30 de outubro de 2017. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

310889499

Despacho n.º 9726/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de adjunto no meu Gabinete, o mestre João Tiago Paiva de Andrade de Almeida Filipe, Técnico Superior da Autoridade Nacional de Proteção Civil, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2017.

2 — O designado fica autorizado a exercer as atividades previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

30 de outubro de 2017. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

ANEXO

Habilitações académicas:

Doutorando em Políticas Públicas no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2012-presente);

Pós-graduado em Direito do Património Cultural pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016-2017);

Diplomado em Estudos Avançados em Políticas Públicas pelo ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2013);

Mestre em Administração Pública pelo ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2011);

Diplomado em Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional da Administração (2004);

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2003).

Experiência profissional:

Técnico superior na Direção de Serviços de Assessoria Jurídica e Contencioso do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Ministério da Cultura, desde abril de 2017;

Assessor parlamentar na Comissão de Assuntos Europeus, comissão parlamentar permanente da Assembleia da República, entre 2014 e 2017;

Coordenador do Gabinete de Apoio aos Projetos Estratégicos da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Ministério da Administração Interna, entre 2010 e 2014;

Técnico superior na Unidade de Assessoria Jurídica do Programa Operacional Valorização do Território, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, entre 2009 e 2010;

Assessor da Secretária de Estado da Cultura do XVII Governo Constitucional, entre 2008 e 2009;

Membro do grupo de trabalho da Comissão para o Desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, no Gabinete da Minis- tra da Cultura do XVII Governo Constitucional, entre 2007 e 2008;

Técnico superior no Departamento de Gestão e Apoio Técnico do Instituto das Artes, Ministério da Cultura, entre 2004 e 2007 — ingresso na carreira de técnico superior da Administração Pública em 2004.

310889393